

# Pelas mãos latino-americanas: a atuação dos escritórios Elemental, Al Borde e Atelier Metropolitano em assentamentos precários

Mariely Ferreira dos Reis Luz

**Orientadora:** Profa. Dra. Marluce Wall de Carvalho Venâncio (Universidade Estadual do Maranhão).

**Pesquisa:** Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão, 2017.

O presente artigo discute os modos de atuação dos escritórios de arquitetura e urbanismo em assentamentos precários latino-americanos, tendo como estudos de caso as agências Elemental (Chile), Al Borde (Equador) e o Atelier Metropolitano por Jorge Mario Jáuregui (Brasil). O trabalho procurou contextualizar os problemas inerentes aos centros urbanos da América Latina, entendendo o processo de formação e as principais características de seus

assentamentos precários. Buscou ainda analisar de forma geral o contexto do exercício de outros arquitetos e urbanistas e organizações latino-americanas que também atuam e contribuem para a minimização das problemáticas nesses cenários. A investigação pretendeu colaborar com as discussões sobre as práticas de intervenção de arquitetos e urbanistas nas áreas de precariedade latino-americanas.

Palavras-chave: assentamento precário; escritórios de arquitetura e urbanismo; América Latina.

## By Latin American hands: the performance of the offices Elemental, Al Borde and Atelier Metropolitano in precarious settlements

The present article discusses the ways in which architecture and urbanism offices operate in Latin American precarious settlements, such as the case studies of Elemental (Chile), Al Borde (Ecuador), and Atelier Metropolitano by Jorge Mario Jáuregui (Brazil). In this way, the research investigated the context of the problems inherent to the urban centers of Latin America, understanding the formation process and the main characteristics of its informal dwellings. In addition, this study examined the general context of the work of other Latin American architects, urban planners, and organizations, who likewise the cases studies, act and contribute to reduce the problems in these scenarios. The research was intended to collaborate with the discussions about the intervention practices of architects and urban planners in Latin American precarious areas.

Keywords: precarious settlement; architecture and urban planning offices; Latin America.

## Por las manos Latinoamericanas: la actuación de las oficinas Elemental, Al Borde y Atelier Metropolitano en asentamientos precarios

El presente artículo discute sobre los modos de actuación de las oficinas de arquitectura y urbanismo en asentamientos precarios latinoamericanos, teniendo como estudios de caso las agencias Elemental (Chile), Al Borde (Ecuador) y el Atelier Metropolitano por Jorge Mario Jáuregui (Brasil). La investigación buscó contextualizar los problemas inherentes a los centros urbanos de América Latina, entendiendo el proceso de formación y las principales características de sus asentamientos precarios. También buscó analizar, de forma general, el contexto del ejercicio de otros arquitectos y urbanistas y organizaciones latinoamericanas que también actúan y contribuyen a la minimización de las problemáticas en esos escenarios. La investigación tuvo como intención colaborar con las discusiones sobre las prácticas de intervención de arquitectos y urbanistas en las áreas de precariedad latinoamericanas.

Palabras clave: asentamiento precario; oficinas de arquitectura y urbanismo; América Latina.

## 1. INTRODUÇÃO

A manutenção das desigualdades sociais e da pobreza no mundo são reflexos da má distribuição das riquezas e da indisponibilidade de recursos entre as pessoas. Vários problemas globais, como insegurança, fome e carência habitacional são diretamente provenientes da segregação e do privilégio dos meios. Por conta do grau de relevância dessas temáticas para o bem-estar e a qualidade de vida da população, a falta de moradia adequada, e a consequente expansão das cidades em direção às periferias, tem sido ao longo dos últimos anos, alvo de discussão em diversas agendas governamentais.

O movimento migratório do campo para cidade criou um grande inchaço populacional nos principais centros urbanos espalhados pelo mundo. Essa evolução demográfica e suas disparidades são ilustradas espacialmente nas regiões metropolitanas. Segundo relatórios produzidos pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), no último censo de 2010, 80% da população que vive nos países latino-americanos e caribenhos está aglomerada em cidades, sendo aproximadamente 111 milhões de pessoas em situações de áreas precárias (ONU-HABITAT, 2012). Apesar dos grandes avanços econômicos e tecnológicos proporcionados pela urbanização, a quantidade e a qualidade das habitações não corresponderam, e ainda não correspondem, ao crescente índice populacional urbano, ocasionando o surgimento desses assentamentos e de suas péssimas condições de vida, tanto nas zonas centrais mais deterioradas quanto nas mais periféricas, além de riscos ambientais.

O contraponto dessa segregação social e espacial nos espaços urbanos é a busca do direito à cidade por parte da população. Por meio do processo participativo no planejamento da metrópole, os cidadãos conseguem defender seus descontentamentos com a marginalização dos assuntos que lhes dizem respeito e ser os próprios recursos de trabalho em áreas carentes (BORDENAVE, 1994). Esta metodologia de atuação apresenta-se, assim, como uma maneira de responder às problemáticas sociais e políticas inseridas

nos projetos de interesse coletivo, de forma a valorizar as opiniões e desejos da população e assegurar o discurso democrático na concepção dos espaços urbanos (BARONE; DOBRY, 2002).

Mediante este cenário, realizamos um estudo sobre as práticas de atuação de três diferentes escritórios de arquitetura e urbanismo em assentamentos precários latino-americanos, sendo eles: Elemental (Chile), Al Borde (Equador) e Atelier Metropolitano (Brasil). A temática contextualiza as problemáticas das cidades latino-americanas, entendendo seus cenários urbanos precários de modo a não somente apresentar a diversidade dos conceitos e características, mas ainda apontar o processo de urbanização como um impulsor do surgimento dessas áreas. Além do mais, este artigo analisa o contexto global do exercício de escritórios de arquitetura e urbanismo em assentamentos precários na América Latina, de forma a elencar o progresso de suas práticas ao longo dos últimos anos e seus métodos de trabalho junto às comunidades que vivem nesses contextos de precariedade. Reflete ainda acerca do processo participativo como responsável por envolver diferentes atores em prol de um objetivo comum e investiga a atuação dos estudos de casos, verificando suas principais metodologias de trabalho e áreas de intervenção.

## 2. BREVE ANÁLISE CONTEXTUAL

### 2.1. OS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS COMO CONCEITOS

Os agravantes da pobreza, do desemprego e da concentração de renda assim como de suas estruturas resultantes, como os assentamentos precários, os aglomerados informais e as favelas, crescem ao se deparar com a diversidade de definições usadas entre as organizações, centros de pesquisas e órgãos administrativos para explicar esses termos. A dificuldade em se ter conceitos que possam conversar entre si acaba dificultando a compreensão da real dimensão dessas problemáticas no mundo todo. Uma boa designação, dessa forma, segundo Gondim deve ser além de abrangente, bem delimitada, "de modo a excluir fenômenos que, mesmo

semelhantes, diferenciam-se daquele que se quer entender” (2009, p.54), evitando-se dessa forma o equivocado processo de “produção em massa de favelas” exposto por Mike Davis (2006), onde 78% da população urbana dos países do terceiro mundo era então dita formada por favelados, ao ter considerado favela como todo e qualquer tipo de abrigo precário.

Dos vários critérios físicos, socioeconômicos e jurídicos usados para identificar loteamentos em condições de precariedade, a ONU-HABITAT declara uma moradia familiar em condições precárias, aquelas não servidas por no mínimo (ONU-HABITAT, 2010):

- (1) moradia duradora (uma estrutura permanente que ofereça proteção contra as condições climáticas extremas);
  - (2) espaço suficiente para viver (não mais do que três pessoas dividindo um cômodo);
  - (3) acesso à água tratada (água que seja suficiente, acessível e que possa ser obtida sem esforço extremo);
  - (4) acesso a melhores instalações sanitárias (banheiro privado, ou um público a dividir com um número razoável de pessoas); e/ou
  - (5) segurança da posse (posse de facto ou de jure e proteção contra despejos forçados).
- (ONU-HABITAT, 2010, s.p.)

Similarmente à ONU, o Ministério das Cidades define assentamento precário como uma área predominantemente residencial habitada por famílias de baixa renda, onde as condições das casas, viabilizadas de modo autônomo pelos seus habitantes, são muitas vezes carentes de inúmeras instalações e mal servidas pelas infraestruturas urbanas (BRASIL, 2010). Essas condições habitacionais brasileiras são sistematizadas em forma de cortiços, favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais, para as quais, apesar da diversificação de seus conceitos, a evolução desses cenários originou características semelhantes entre si (BRASIL, 2010).

Desse modo, ainda que, de acordo com Queiroz Filho (2015), a favela seja o principal tipo de assentamento precário urbano brasileiro, barracos, comunidade, palafitas, invasões, ocupações, assentamentos populares e aglomerados subnormais são nomes igualmente

utilizados rotineiramente em diferentes cidades e na revisão bibliográfica. Esse fenômeno comprova que apesar das várias situações de precariedade propagadas pelas cidades no Brasil tenham se originado de forma específica e das diferenciações dos termos, as características no decorrer do tempo foram semelhantes a todos.

No Brasil, apesar dos cortiços serem considerados por estudiosos a “semente da favela”, o processo de construção social e do imaginário coletivo sobre esse assentamento é considerado por Valladares (2000) possivelmente originário do legado de escritores, jornalistas e reformadores sociais do início do século XX, que possuíam forte influência na sociedade, pelo motivo de suas obras serem amplamente divulgadas na época. Com isso, o ideário coletivo sobre o ambiente da favela e de seus moradores, particularmente no Brasil, se configurou exatamente com a construção do mito de Canudos. Uma narrativa se encontra na outra, por ocasião dos remanescentes de soldados ocuparem, após a guerra, o Morro da Providência do Rio de Janeiro e, a partir desse momento, denominarem essa região de Morro da Favella.

Na América Latina, a ocupação de áreas urbanas como *villa miseria* (Argentina), *ciudadela* (Bolívia), *campamento* (Chile), *ciudad perdida* (México) e *barrio marginal* (Colômbia) passaram a ser cenários semelhantes às favelas e aos aglomerados informais brasileiros. De fato, o estudo levantado pela intérprete e tradutora Revelo-Imery (2014b) sobre a tradução do termo favela para outras línguas ressalta que a precariedade dos serviços públicos, insegurança, violência e o caráter de marginalização são inerentes a todos esses contextos, e que não somente o cenário sócio-político em que esses assentamentos se configuraram são diferentes, assim como as respostas dadas a esses fenômenos.

Dessa forma, expressões como *slums*<sup>1</sup> e *shantytown*<sup>2</sup>, frequentemente utilizadas de forma genérica e estereotipadas, transformam-se em moldes figurativos da precariedade no mundo e acabam negligenciando as peculiaridades e os contextos específicos das várias dimensões e variações que os assentamentos latino-americanos englobam, sendo uma maneira de tratar “uma favela como uma comunidade de várias famílias e

raramente reconhecendo que as condições de habitação são diferentes para cada indivíduo ou agregado familiar dentro da área" (PATEL et al., 2014, p.300).

A falta de discussão e unicidade acerca desses diversos conceitos e a origem desses aglomerados acabam por transformar as favelas, conforme explica Gondim (2009), em grandes leitos permissíveis do estabelecimento de todas e quaisquer formas precárias de morar. Portanto, identificar as reais características e formações desses cenários é primordial para a fundamentação de planos e ideais de regularização por parte do poder público e das próprias comunidades: "Ao respeitar estes termos que formam parte da consciência coletiva das respectivas sociedades, se estabelece a base para a possível melhora das circunstâncias que refletem." (REVELO-IMERY, 2014a).

## 2.2. A PRECARIIDADE LATINA SITUADA A PARTIR DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

Independente das enormes disparidades internas que existem entre as cidades latino-americanas, a identidade da América Latina "não reside apenas em sua formação histórica, expressa em certa solidariedade linguística, mas sobretudo, em seus processos universais e particulares de produção do espaço" (SOUZA, [2013?], p.2). A investigação de pontos chaves inerentes à história da formação das cidades latino-americanas e seus processos em se tornarem núcleos urbanos passa a ser fundamental para o entendimento do surgimento e expansão de seus assentamentos precários.

A expansão metropolitana e, desse modo, a plena urbanização latina se iniciam com a conquista das áreas periféricas, para a autoconstrução de moradias de baixa qualidade, que "sem qualquer restrição ambiental, funcional, de qualidade ou estética, esse processo, marca desde seu início uma ocupação territorial predatória, contínua, sem a mínima reserva de áreas públicas e em condições técnicas" (MARTINS, 2006, p.39), originando não somente novas formas específicas de morar, como diversas problemáticas para a maioria dos países da região.

Tanto o formato de colonização dessas sociedades, quanto o processo de urbanização que esses aglomerados

urbanos experimentaram mostram-se peças fundamentais para o entendimento da atual estrutura urbana dos aglomerados desse bloco. O cenário de contínua dependência das coroas espanhola e portuguesa acarretou consequências significativas no processo de urbanização das cidades latino-americanas, fazendo com que os limites em relação às regiões próximas não fossem ultrapassados de forma a consolidar suas comunicações e dependências funcionais, explicando assim "a fraqueza da rede urbana na América Latina e o tipo de implantação urbana, afastado dos recursos naturais do interior do continente" (CASTELLS, 1983, p.100).

Assim, a Primeira Revolução Industrial é entendida como símbolo representativo, no cenário mundial, do avanço tecnológico e do aumento da produtividade e da exploração do trabalho, no caso do processo de industrialização latino-americano, segundo Castells (1983), foi marcado por diferentes ritmos e níveis em suas formas urbanas. Isso se deu, principalmente, pelo fato de a América Latina ter servido em diversas condições como espaço de exploração dos recursos primários demandados pelas economias industriais. Desse modo, ainda que o processo de industrialização tenha fornecido um aumento nas atividades nos principais centros urbanos, esse progresso foi limitado e continuou mantendo o caráter dependente do comércio latino-americano com o do exterior.

Ao mesmo tempo que grandes transformações eram realizadas nas estruturas das principais cidades, as zonas rurais expeliam para os aglomerados urbanos grandes quantidades de pessoas em busca de suprir suas necessidades econômicas e habitacionais. Tratava-se desse modo, de acordo com Maricato, de um "gigantesco movimento de construção de cidade, necessário para o assentamento residencial dessa população bem como de suas necessidades" (2008, p.16).

Apesar da velocidade do processo de urbanização ter sido diferente entre as sub-regiões da América Latina, em geral entre os anos de 1950 e 1990, esse fenômeno foi bastante acelerado em todos os países latinos. Segundo relatório da ONU-HABITAT (2012), as cidades do Cone Sul sempre foram as mais urbanizadas, seguida pelo

desenvolvimento urbano acelerado do Brasil desde os anos 1970. Por outro lado, no Caribe, as situações são peculiares em razão da pequena dimensão dos territórios e Estados e pelos níveis de população urbana e desenvolvimento socioeconômico serem muito díspares.

Assim como o processo de urbanização e o movimento migratório campo-cidade são diferenciados em cada cidade latino-americana, a proporção de pessoas vivendo em assentamentos precários também é heterogênea e varia conforme as instituições responsáveis pelas pesquisas e seus critérios de análise.

No Brasil, assim como na Argentina, a maior taxa de crescimento populacional, de acordo com Martins (2006), se deu fora dos núcleos centrais, mas ainda dentro do limite da região metropolitana. Entre os anos 1940 e 2000, a população urbana brasileira passou de 26,3% para um total de 81,2% em centros urbanos, um crescimento correspondente a 125 milhões de pessoas em apenas sessenta anos (MARICATO, 2008). No Chile, os *campamentos* se originaram a partir da década de 1960, continuando a se desenvolver até a década de 1980, também por ocasião da migração campo-cidade em busca de melhores oportunidades.

[...] o assentamento dos grandes contingentes de população que afluíam à cidade a cada dia, se deu majoritariamente pela autoconstrução de moradias em arruamentos na periferia das cidades, de baixíssima qualidade, sem infraestrutura, com lotes comercializados a baixo custo e a prazo. (MARTINS, 2006, p.39)

Mesmo que essa população migrante não fosse de baixa renda, conforme Lemos (1991), no espaço da cidade essas comunidades não possuíam condições de comprar habitações decentes, aglomerando-se em cortiços, pensões, favelas e áreas públicas de difícil ocupação como territórios inundáveis, colinas, mangues e litorais inabitáveis.

Pode-se considerar, dessa forma, que os assentamentos precários brasileiros, assim como os das outras nações latino-americanas, se formaram a partir da combinação da crescente demanda habitacional, resultante da migração e

do desenvolvimento populacional, com o frequente descaso e descompasso do poder público em atender às necessidades. Ainda que esse processo de periferização<sup>3</sup> e formação de aglomerados precários tenha se iniciado desde a metade do século XX, "bem ou mal, de algum modo, improvisado ou não" (MARICATO, 2008, p.16) a maior parte do contingente habitacional latino ainda vive hoje nas cidades, onde, mesmo que essa população tenha diminuído em proporções ao longo dos anos, em termos absolutos, se manteve em ritmo crescente.

### 3. PELAS MÃOS LATINO AMERICANAS

Em resposta à intensificação do processo de urbanização, o alastramento de assentamentos precários e a falta de moradia, na América Latina, durante os anos 1960 e 1970, muitos governos tiveram a iniciativa de alojar o remanescente populacional em grandes superestruturas e blocos de torre, análogos aos projetos de habitação do pós-guerra na Europa. Apesar da boa intenção em solucionar essas problemáticas de forma mais rápida e lógica, muitos dos projetos alcançaram resultados diversos, por conta das realidades sociais e culturais da época. Em razão de a maioria da população migrante ser rural, esse contingente dependia da economia de subsistência para sua sobrevivência. Dessa forma, a moradia era vislumbrada não apenas como um lar, mas ainda como um local de produção, onde a forma construída é capaz de oferecer múltiplas oportunidades para o usuário e para seu uso (LEGUIA, 2011).

O desenvolvimento de melhorias em áreas precárias, mesmo que inviabilizado entre os anos de 1970 e 1980 pelo autoritarismo, passou a ser crescente e colaborativo com a provisão de vários tratados e agendas internacionais, incluindo, ainda conforme Kapp et. al. (2012), a existência de programas públicos, apoio de organizações não governamentais, projetos internacionais, pesquisas acadêmicas e intervenções artísticas e técnicas. Assim, ainda que vários estereótipos estejam ligados à arquitetura, esse processo tem se mostrado essencial para o público popular. Ao se fazer adaptável aos diversos cenários, finalidades

e usuários, é capaz de interligar os pensamentos dos cidadãos e transformar suas percepções acerca do espaço comum. Ao ampliar as discussões sobre a cidade, o espaço urbano arquitetônico aciona as questões sociais e rompe barreiras imaginárias entre a cidade formal e a informal, assim, ao responder à “demanda social” dos desenvolvedores e das autoridades, acaba por contribuir, segundo Lefebvre (1976), ativamente e abertamente para a reprodução das relações sociais.

A mudança de reconhecimento da arquitetura das formas ousadas para aquelas que apresentam novos métodos alternativos de engajamento criou, segundo Leguia (2011), uma reavaliação da função do arquiteto-urbanista na América Latina, como sendo agora um agente de mudança social. Com isso, “através de intervenções que reconhecem e legitimam os potenciais de informalidade urbana, designers<sup>4</sup> começaram a adotar a ‘cidade informal’ como um novo paradigma” (NAVARRO-SERTICH, 2011, p.105).

Pioneiro nesse processo de transformação de assentamentos precários, o arquiteto nova-iorquino Alfredo Brillembourg começou seus trabalhos em áreas informais com a ONG Caracas *ThinkTank*, para então transformar seus processos e propostas para essa cidade na firma venezuelana *Urban-ThinkTank* (U-ТТ) em 1998. Vistos por si mesmo como “arquitetos contemporâneos trabalhando em zonas de conflito” (NAVARRO-SERTICH, 2011, p.105), este escritório atua de maneira a proporcionar aos habitantes das comunidades mais precárias melhores condições de acessibilidade e serviço, levando a infraestrutura da cidade formal para a informal. E desse modo, com intuito de trabalhar globalmente e atuar localmente, acaba por desenvolver práticas de tipologias que possam ser repetidas em diferentes áreas do mundo, mas com a possibilidade de se adaptarem localmente.

Concluído em 2010, o teleférico *Metro Cable* foi desenvolvido após numerosas pesquisas, workshops com a comunidade e consultas com especialistas internacionais. Por meio da participação dos moradores, planejadores, arquitetos, ativistas e líderes comunitários, o projeto foi formulado a partir da seleção de um sistema de transporte que pudesse potencializar

o desempenho da topografia da região e assim interferir minimamente na trama urbana (U-ТТ, 2013). Dessa forma, através do plano *plug-in*, o *Metro Cable* foi construído para ser uma estrutura flexível, estabelecendo, além de áreas administrativas, espaços culturais e recreativos em suas estações (U-ТТ, [2016?]).

No Brasil, a assessoria técnica Usina – Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado (Usina СТАН), desde sua fundação, em 1990, tem atuado juntamente a movimentos sociais e comunidades organizadas em contextos de luta pelas reformas urbana e agrária, na construção de alternativas à cidade atual, por meio do desenvolvimento de práticas que incorporem a habilidade de planejar, projetar e construir pelos próprios trabalhadores e moradores locais. Esse processo, está ligado diretamente ao conceito de autogestão defendido pela equipe e que pode ser compreendido

[...] como um tipo de práxis social histórica que demonstrou a necessidade não apenas de participação objetiva (manual) e subjetiva (intelectual) nos processos de tomadas de decisão, mas uma forma de reconciliação entre as dimensões de decisão, planejamento e execução dos processos de produção da vida social (USINA СТАН, 2015, p.155).

Dessa forma, por intermédio de uma metodologia que se apresenta flexível e indefinida ao longo de todo o processo, suas ações estão em constante transformação “adaptando-se e adequando-se às mais diversas situações e complexidades” (USINA СТАН, 2015, p.157). De maneira a sempre construir o entendimento do processo em um corpo coletivo, a participação comunitária, e assim, as aproximações com os movimentos sociais e grupos organizados, é fundamental para os projetos direcionados pela Usina СТАН, como uma forma de modificar o paradigma que separa “aqueles que comandam”, técnicos e especialistas, “daqueles que são comandados”, moradores e comunidade local (USINA СТАН, 2015, p.157).

O coletivo de arquitetura PICO Estudio, direcionados pelas mãos de Marcos Coronel e Juan Carlos Castillo, foi um dos vinte coletivos que coordenaram atividades

durante os Espaços de Paz em cinco comunidades na Venezuela. A repórter Mariana Siqueira (2015) ressalta que o desenho participativo foi uma das principais estratégias utilizadas pelos arquitetos e que, por meio do trabalho em conjunto, os planos de necessidades e as técnicas a serem utilizadas foram sendo decididas, com isso:

A participação em todos os níveis, desde sua formulação até a execução, aplicada como mecanismo de autogestão do projeto, envolve o cidadão na construção do espaço público em meio a um processo pedagógico que fortalece a coesão do bairro e o empoderamento coletivo (PICO STUDIO apud SIQUEIRA, 2015, p.53).

Através da metodologia do urbanismo tático, também conhecido como acupuntura urbana, os coletivos deram enfoque nas intervenções de pequena escala como projetos de praças, mirantes, bibliotecas, centro comunitários e quadra poliesportivas, a fim de conseguir irradiar sobre o território modificado, um senso maior de comunidade e responsabilidade perante essas infraestruturas e os outros moradores.

Em Medellín, o conceito de Projeto Urbano Integrado (PUI) leva em consideração o modelo do Urbanismo Social e usa instrumentos de intervenção física, social e a coordenação institucional para solucionar os problemas urbanos em assentamentos precários informais por meio do processo participativo (MAZO; TAMAYO, 2014). Similar ao projeto Metro Cable em Caracas, a implantação do sistema de transporte público é considerada como pioneira para a transformação das áreas precárias de Medellín. Segundo Ghione (2014), por meio do sistema de cabo aéreo e a integração com o sistema de ônibus e micro-ônibus, o acesso às áreas mais remotas dos bairros foi garantida de forma criativa, atendendo tanto sua finalidade principal de transportar as pessoas quanto estimular a cultura cidadã e a civilidade, por meio dos espaços públicos de permanência.

Essas experiências em assentamentos precários de diferentes cidades e nações latino-americanas, compreende características similares no que diz respeito às suas metodologias em todo o processo

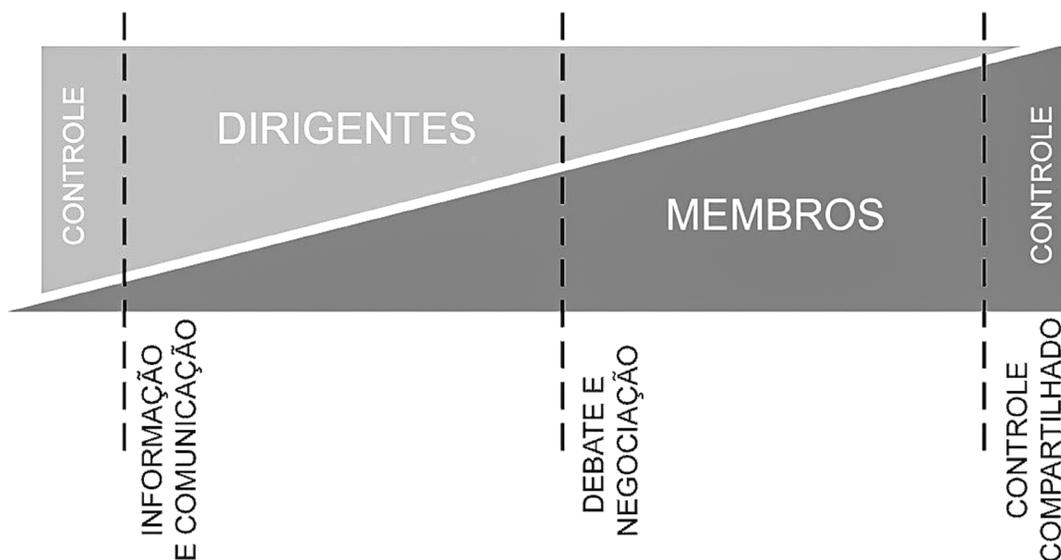
de implantação das intervenções. Mesmo não sendo algo restrito a somente esses programas e escritórios, esses modelos de atuação servem atualmente como inspirações para que outros arquitetos-urbanistas e poderes públicos possam dar continuidade a esse trabalho e serem mais ativos perante o combate à carência e à má qualidade de moradia das pessoas.

#### **4. A PARTICIPAÇÃO COMO ORDEM DO DIA**

Com o crescente interesse no mundo da arquitetura pelas concepções voltadas para a conscientização social, o uso de métodos participativos no desenvolvimento dos projetos urbanos buscou, além de ampliar oportunidades nos lugares onde os recursos e as competências técnicas são escassos, envolver e responsabilizar efetivamente todas as pessoas na transformação de seus ambientes construídos. Com isso, o envolvimento de uma ampla gama de interessados no desenvolvimento do ambiente urbano leva o processo participativo a atravessar uma abundância de fronteiras profissionais, tradicionais e culturais da sociedade, dentre funcionários governamentais, ONGs, organizações internacionais, representantes comunitários e grupos empresariais.

No contexto da América Latina, segundo Graciela Landaeta (2004) pelo processo de urbanização ter tido como única escolha "normalizar" os milhares de agregados urbanos às margens dos "sistemas formais de habitação" por meio da regularização e da provisão de crédito dos governos, nas primeiras décadas, a produção de habitação pelas pessoas foi taxada de forma negativa, no sentido de haver maneiras "certas" e "erradas" de promoção habitacional. Dessa forma, a autoconstrução e a participação popular nas decisões de desenvolvimento dessas regiões mais desfavorecidas eram vistas como responsáveis pela má qualidade dos ambientes nas áreas precárias.

Todavia, as atuais propostas participativas no contexto latino-americano são vistas por essa autora como legitimadoras da ampla participação social e que fornecem aos moradores a oportunidade de desenvolver habilidades e redes de que tanto precisam para



**FIG. 1:**

Graus e níveis de participação segundo Imparato e Ruster (2003) – informação e comunicação; debate e negociação; controle compartilhado – que correspondem às diferentes formas de controle que os dirigentes institucionais e os membros das comunidades podem apresentar durante a implementação de processos participativos.

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

enfrentar sua exclusão. A mudança das tomadas de decisões públicas no estilo *top-down* (de cima para baixo), em abordagens de *design bottom-up* (de baixo para cima), a inclusão do conhecimento local por meio de ações participativas e o uso de metodologias de empoderamento proporcionam, dessa maneira, o surgimento de sociedades cada vez mais equitativas ao garantirem poder suficiente à população antes excluída das decisões de caráter coletivo (LANDAETA, 2004).

Em pesquisa sobre estratégias de desenvolvimento de áreas precárias na América Latina, Imparato e Ruster (2003), fundamentados nas definições e nos diferentes graus de participação defendidos pelo professor Reinhard Goethert<sup>5</sup>, defendem esse conceito como um processo no qual as pessoas, especialmente as mais desfavorecidas, influenciam na alocação dos recursos e na formulação e implementação dos programas e políticas, estando envolvidas em diferentes níveis e graus de intensidade na identificação, tempo, planejamento, design, inserção, avaliação e em todos os estágios de pós-implementação e desenvolvimento dos projetos. Sendo possível, assim como atenta Bordenave (1994), fazer parte de uma iniciativa, sem tomar parte dela, ou

seja, ser integrante de uma causa, mas não ter responsabilidades diretas sobre ela. Fato que diferencia a participação passiva e a ativa, assim como as diferentes nuances de engajamento dos cidadãos.

Com isso, Imparato e Ruster (2003) ilustram três níveis de processo participativo (FIG.1), baseados em estudos de casos na Bolívia, Brasil, Costa Rica, México e Peru. O primeiro grau percebido por esses autores diz respeito ao de informação e comunicação, seguido do de debate e negociação nas tomadas de decisão e, por último, o nível mais alto de administração dos recursos pela comunidade, ainda que o controle seja compartilhado com a instituição que promove o programa ou projeto. Esses três níveis, segundo seus autores são passíveis de serem verificados em conjunto ou separadamente em diferentes combinações nas várias atividades dos projetos. Mas de modo geral, um projeto tem um maior nível de participação quando a comunidade e os atores externos estão envolvidos em cada um desses três componentes.

De outro modo, as práticas de atuação dos arquitetos e urbanistas em comunidades são delineadas em três tipos de grupos diferentes por Kapp et al. (2012), podendo ser tecnocrática, missionária e

artística. A atuação nos assentamentos precários no primeiro tipo caracteriza o profissional como um agente contratado pelo Estado, onde suas ações são pré-estabelecidas por diretrizes do poder público e, dessa forma, trabalham de maneira a implementar desde melhorias emergenciais a projetos de grande porte, tanto no caráter individual quanto no global, por meio de processos participativos ou impositivos, mas sempre seguindo as regulamentações do governo.

A atuação missionária, conforme Kapp et al. (2012), compreende o atendimento técnico direto às famílias ou grupos de moradores por meio independente ou através da associação dos escritórios com entidades mais amplas, como organizações não governamentais e instituições de ajuda humanitária. O desenvolvimento desse tipo de intervenção se faz por meio de esquemas mentais originários da própria socialização entre as pessoas, e por se mostrar de forma sutil, acabam por não ter consciência do andamento do processo.

O modo artístico de atuação, por sua vez, vai de encontro aos processos tecnocráticos e missionários e, dessa forma, procura transformar a percepção das áreas precárias por meio de intervenções que possam contribuir para o aumento das discussões acerca dos impactos das grandes iniciativas públicas em tentar embelezar e monumentalizar esses lugares (KAPP et al. 2012). O ganho simbólico dos artistas, desse modo, se dá de maneira relativamente fácil. e apesar de enaltecem a participação popular, seus projetos reforçam a exclusão social, pois inserem os moradores somente como trabalhadores manuais, sendo a real imagem promovida a do artista e a do patrocinador.

Essas três formas de processos, conforme Kapp et al. (2012), caracterizam, desse modo, o grau de abertura dos escritórios de arquitetura em permitir que decisões e ações sejam tomadas pelas comunidades. Mas, mesmo que inseridos em diferentes níveis e graus de atuação, a ideia fundamental do projeto participativo é a total colaboração entre os diferentes setores envolvidos na completa elaboração dos projetos a ponto de leva-los a um certo grau autônomo, não sendo os moradores somente fornecedores do programa de

necessidades ou mero provedores dos recursos da obra e coautores do projeto (LANA, 2007), mas sim, sendo cidadãos ativos e envolvidos na sua criação e gestão, em vez de serem tratados somente como consumidores passivos (SANOFF, 2006). Esse acontecimento faz com que os habitantes locais tenham pleno direito em reivindicar suas necessidades e oferecer a oportunidade para que estejam envolvidos nas decisões que afetam suas vidas, seus meios de subsistência e bem-estar.

O processo participativo deve ser, assim, conforme Gúzman (2016), não mais um acessório nas transformações urbanas, mas um elemento chave que permita vincular todas as formas de vida que se dão dentro da cidade. Incorporando a figura do arquiteto-operário, que não se sobressai, mas se incorpora ao processo e onde as transformações não são feitas apenas "para" a comunidade, mas ainda "pela" comunidade (FRANCO, 2014), esse profissional torna-se responsável por impulsionar a capacidade das pessoas em combater as problemáticas do meio hostile onde se encontram e enriquecer o sentimento de pertencimento de todos os cidadãos envolvidos, utilizando das metodologias que melhor lhe convém.

## 5. ESTUDOS DE CASO

### 5.1. ELEMENTAL

Fundada em 2001 e baseada em Santiago, a companhia chilena Elemental se denomina como uma *Do Tank*<sup>6</sup>, ao estabelecer projetos de interesse público e impacto social, incluindo habitação, espaço público, infraestrutura e transporte, como seu foco principal de atuação. Por ter como marca a inserção de práticas participativas em suas atividades, esse escritório trabalha em estreita colaboração com o público e os usuários finais. E na busca pela consciência social, exercem projetos que exploram a capacidade da cidade em criar riquezas e fornecer atalhos para a igualdade, melhorando a qualidade de vida das pessoas sem ter que esperar por uma redistribuição de renda (ARAVENA, 2011).

Ou seja, ao lutarem pelo combate a indiferença a partir dos recursos e das vontades inseridos no próprio ambiente onde se encontram para atuar, sua

abordagem é configurada a disseminar a conscientização social da arquitetura, onde o grupo Elemental passa a ter por princípios (LUCCHESE, 2013):

(1) pensar, projetar e construir melhores bairros, moradias e infraestrutura urbana para promover desenvolvimento social e superação do ciclo de pobreza e iniquidade de nossas cidades; (2) implantar projetos nas mesmas condições de mercado de quaisquer outros, projetando para "conseguir mais com o mesmo" e (3) garantir valorização incremental e retorno do investimento ao longo do tempo, de forma a parar de se pensar estas ações como mera despesa social (LUCCHESE, 2013, s.p.)

O objetivo dessa empresa passou a ser, conforme Aravena (2011), o de gerar um cenário técnico que pudesse garantir ganho de valor ao longo do tempo sem a necessidade de mudar as políticas existentes ou as condições de mercado. Surge dessa forma, a ideia força do escritório em criar possibilidades de melhorias habitacionais a partir das competências de construção dos próprios moradores. O desenvolvimento da tipologia "casa metade pronta" aparece pela primeira vez no projeto do Conjunto Habitacional Violeta Parra na comunidade de Quinta Monroy, no centro da cidade de Iquique, no deserto chileno. Ocupado durante trinta anos de forma ilegal, cerca de cem famílias viviam em condições de precariedade e insegurança, em um lugar onde espaços público e privado se confundiam criando verdadeiros labirintos em seu interior.

A oportunidade de desenvolver este site permitiu que a ELEMENTAL testasse seus próprios critérios de projeto desenvolvidos para assegurar que cada unidade fosse apreciada em valor para que a habitação social pudesse se tornar um investimento social em vez de uma despesa social. O sucesso foi conseguido identificando claramente as restrições e depois trabalhando com as próprias famílias em oficinas participativas, provando viabilidade no nível local (ARAVENA, 2011, p.32, tradução nossa).

Uma vez que a inexistência de meios suficientes para se construir habitações confortáveis pressiona o mercado a produzir edificações cada vez menores (ARAVENA, 2014), a solução desdobrada pelo escritório em conjunto com a comunidade foi construir nesse lote de 5.000 metros quadrados, unidades habitacionais de 40 m<sup>2</sup>, que tinham o potencial de serem expandidas em ambos pavimentos, correspondendo, dessa maneira, à metade daquilo que é razoavelmente necessário em uma casa de classe média de 80 m<sup>2</sup>. Ou seja, os recursos foram sendo remanejados de forma a privilegiar a implantação da infraestrutura básica (divisões, paredes contra incêndio, escadas e cobertura) e das áreas mais custosas e necessitadas pelos moradores, como banheiros e cozinhas. Uma vez que, recintos como quartos e salas têm a capacidade de serem integrados ao longo do tempo, dependendo somente do morador construí-los nos 40 m<sup>2</sup> remanescentes.

Por meio de ações participativas, o diálogo entre o profissional e a comunidade tornou-se essencial; em todas as fases de projeto os moradores trabalharam em conjunto ao escritório, participando desde a concepção até o acompanhamento das obras, por meio de oficinas de orientação e cursos gratuitos, e sendo preparados de modo a conseguirem expandir suas casas (BELLIA, 2013). Dessa forma, o escritório Elemental atua em seus projetos de interesse social, de maneira a sempre instigar a habilidade das pessoas em terem maior autonomia na construção de seus espaços, aumentando o valor de pertencimento desses habitantes às suas comunidades (FIG.2).

A "incrementabilidade", segundo Aravena em entrevista à web série "Revolução através do Design", do grupo Himawari8 (2014), apesar de não ser um processo novo, se tornou inovadora ao entender a habitação como capaz de adquirir padrões melhores, por consequência do potencial da autoconstrução. Com isso, esse tipo de "habitação incremental", tornou-se com o tempo quase uma assinatura do Elemental em várias de suas outras intervenções, por conseguir lidar com os orçamentos limitados do poder público e, ainda assim, fornecer habitações a preços baixos atendendo às necessidades de seus moradores (STOTT, 2013).



**FIG. 2:**

Apropriação dos moradores após a construção do Conjunto Habitacional Violeta Parra na comunidade de Quinta Monroy (Iquique, Chile), seguindo o conceito de "incrementabilidade" desenvolvido pelo escritório ELEMENTAL.

Fonte: ELEMENTAL, 2007.

Em conjunto, os projetos desenvolvidos a partir da metodologia incremental focam em três princípios: a) nos processos mais difíceis; b) naquilo que não pode ser realizado individualmente; e c) em caminhos que garantirão o bem comum no futuro, formando uma base para o qual o Elemental denominou de "ABC da habitação incremental" (ELEMENTAL, 2016). Seguem também cinco critérios básicos de design, sendo eles: boa localização; crescimento harmonioso ao longo do tempo; traçado urbano introduzido entre o espaço privado (lotes) e o espaço público (rua); fornecimento de uma estrutura para o cenário final de crescimento (classe média) e não apenas para a inicial; e, finalmente, DNA habitacional de classe média.

Ou seja, o grupo Elemental concretiza seu processo de "incrementabilidade" de modo a equilibrar três características fundamentais: balancear principalmente o crescimento de unidades habitacionais de baixa densidade, sem a superlotação populacional, mas com a possibilidade de expansão e implementação de melhorias nas moradias (ELEMENTAL, 2016). Sendo, portanto, uma prova de que a habitação social e o poder de autoconstrução das pessoas podem ser canalizados de maneira

a enfrentar os problemas da massiva urbanização, levando benefícios para as comunidades onde são implementados ao aceitar restrições tanto orçamentárias quanto governamentais.

## 5.2. AL BORDE

Iniciado em 2007 na cidade de Quito, no Equador, como um grupo de workshop, o escritório equatoriano Al Borde tem atuado atualmente em diferentes projetos, conferências, ateliers e exposições ao redor do mundo. Reconhecido por seu corpo técnico como um estilo de vida, a companhia se constrói diariamente a partir das experiências alcançadas com as mãos no trabalho, colocando-se longe das teorias e ligando-se às realidades locais (AL BORDE, [200?]).

O estabelecimento de uma prática que se constitui como um trabalho contínuo acaba por se tornar consistente nas ações tomadas entre todos os membros da Al Borde, ou seja, a facilidade em serem adaptáveis e flexíveis é o que viabiliza a atuação dessa firma (KLOPPENBURG, 2016). Os arquitetos tentam com isso ser consistentes na abordagem de uma arquitetura mais humana, por meio do uso mínimo de recursos, colocando-se

na fronteira entre arte e arquitetura e utilizando a escassez, não como desculpa mas como algo estético e político (RAMÍREZ, [200?]).

Eles desenvolvem uma espécie de "discussão íntima de lugar" e como uma ética de trabalho, propor um design que se origina da "inteligência comum". Através de vários projetos, os arquitetos geram dinâmicas de intercâmbio social onde as pessoas projetam a partir de sua própria consciência coletiva. (RAMÍREZ, [200?], s.p., tradução nossa).

A arquitetura flexível e adaptável do Al Borde foi desafiada logo no começo de sua carreira, em 2009, a desenvolver uma série de projetos extremamente particulares e em condições muito incomuns na comunidade rural da cidade praiana de Puerto Cabuyal (Equador). A demanda pela construção de uma escola surge na tentativa de servir os filhos dos pescadores e agricultores locais e das vilas mais próximas. Desse modo, a Escola Nueva Esperanza e suas edificações complementares foram desenvolvidas em um processo arquitetônico dividido em três etapas: Nueva Esperanza, Esperanza Dos e a Última Esperanza.

Ao serem desaprovados por usar material reciclado nas obras de Nueva Esperanza, por não condizer com a realidade local do ambiente, a proposta final se baseou em utilizar os mesmos materiais e técnicas construtivas recorridos pelos pescadores na construção de suas casas: uma base de madeira sobre estacas, paredes de bambu, estrutura de madeira e teto de tecido ou palha (AL BORDE, 2010). Dessa forma, o entendimento de que cada contexto apresenta possibilidades de soluções extremamente específicas passou a ser uma das principais premissas do escritório. Esse método, chamado de "sustentabilidade do senso comum" pelo Al Borde, conforme Kloppenburg (2016), faz do uso de materiais e metodologias familiares aos seus clientes uma forte ferramenta de intervenção.

Por meio do processo participativo, inserido através de maquetes e desenhos colaborativos, os arquitetos da Al Borde conseguiram envolver a comunidade em todo o processo de construção, sendo a maior diferença relatada pelo escritório,

ter acontecido na concepção e conceituação do espaço da escola, que sai dos padrões do mercado, no intuito de promover um ambiente mais ativo e relacionado ao ambiente natural ao qual as crianças estavam acostumadas.

A segunda etapa do projeto Esperanza Dos, também contou com o envolvimento ativo da comunidade local. Conforme o arquiteto Barragán em entrevista a Kloppenburg (2016), a companhia Al Borde trabalhou desde o início da proposta em conjunto com um antropólogo a fim de explorar "diferentes tipos de metodologias de participação", decidindo-se por "envolver a comunidade no sistema de tomada de decisão que definiria as partes específicas dos espaços" (KLOPPENBURG, 2016, s.p., tradução nossa). Seguindo critérios similares ao primeiro projeto na comunidade, o uso de materiais e técnicas construtivas locais foram extremamente necessários para que a população estivesse conectada e pertencente ao projeto.

A formação de um sistema simples e de mínima complexidade foi, segundo o Al Borde, capaz de adaptar às variáveis imprevisíveis da terra, do trabalho e dos materiais, permitindo a discussão do desenho e as decisões no momento da construção. Com um processo lógico baseado na construção coletiva e no entendimento do escopo do sistema, a comunidade pode se apropriar do projeto, até o ponto de não precisar mais dos arquitetos (FIG.3). O objetivo final foi, dessa forma, promover um diálogo entre os membros do escritório e as pessoas da comunidade, tanto no processo de concepção do projeto quanto no de construção, de modo que o resultado final correspondesse não somente às necessidades e preferências de todos os usuários, mais ainda levasse em consideração o envolvimento da empresa juntamente aos esforços da comunidade, originando uma estrutura onde as melhorias e a presença do grupo seriam eventualmente desnecessárias (KLOPPENBURG, 2016).

A Última Esperanza se caracteriza, dessa maneira, como uma etapa final de toda uma metodologia de melhoria de qualidade de vida dos moradores de Cabuyal. Ao perceberem a influência dos dois primeiros projetos na arquitetura



**FIG. 3:**

Arquitetos do Al Borde junto à comunidade de Porto Cabuyal (Equador), no desenvolvimento do projeto Esperanza Dos por meio do processo participativo e do emprego de técnicas construtivas locais, respeitando o método da "sustentabilidade do senso comum" empregado por esse escritório.

Fonte: AL BORDE, 2011. Créditos: Esteban Cadena.

local, a equipe Al Borde, em vez de responder às novas demandas, decidiu por executar uma "escola de arquitetura" que reforçasse as capacidades construtivas da população, diminuindo cada vez mais a presença deles na comunidade, visando sua alto-suficiência. Por meio de uma série de workshops, os arquitetos desenvolveram uma metodologia que envolvia o desenvolvimento da capacidade dos moradores de Cabuyal em analisar e sintetizar ideias abstratas e transformá-las em espaços concretos, uma vez que esses habitantes já estavam cientes de suas realidades e conheciam os materiais e processos de construção introduzidos em Nueva Esperanza e Esperanza Dos.

Esse conjunto de projetos ensinou aos membros do Al Borde que a colaboração é muito mais útil do que um conjunto específico de habilidades ou conhecimentos, "que um mais um não é dois, mas mais — por causa do incalculável efeito multiplicador do trabalho em equipe" (KLOPPENBURG, 2016, s.p., tradução nossa). Quando requeridos a trabalhar em diferentes processos, os arquitetos do Al Borde estão:

sempre preparados para enfrentar a vida sem esperança e sem medo, sem esperança de sucesso e sem medo de falhar [...], estão se perguntando sobre o que é necessário na vida e o que é necessário na sociedade. Fazem projetos que às vezes são arquitetônicos, às vezes com organizações, às vezes com arte de rua, mas, finalmente, são divertidos. (KLOPPENBURG, 2016, s.p., tradução nossa).

### 5.3. ATELIER METROPOLITANO

Localizado no Rio de Janeiro e com mais de vinte anos de experiência, o estúdio Atelier Metropolitano, conforme descrito por seus arquitetos, se comporta como uma estrutura produtiva e criativa capaz de atuar nas áreas de urbanismo, arquitetura e paisagismo, direcionada principalmente aos órgãos públicos federais, provinciais ou municipais e instituições públicas e privadas, na consultoria e apoio técnico-profissional na elaboração de programas e projetos de articulação física e social (JÁUREGUI, [200?]).

Desde 1994, o atelier tem contribuído com projetos de gestão, regularização e

desenvolvimento de áreas precárias do Rio de Janeiro, participando dos programas Favela Bairro e Rio Cidade, na urbanização de bairros cariocas favelizados, pelo programa Morar Carioca e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), nos complexos do Alemão e de Manguinhos, assim como no Núcleo Habitacional da Rocinha. Com isso, se caracteriza por reunir, principalmente, trabalhos em bairros carentes e favelas do Rio de Janeiro, tendo por base o conhecimento das atividades e redes locais, como meio de valorizar o território atuante, através da incorporação de edificações de interesse público e social (MORA, 2014).

Ao ter se encontrado na arquitetura e no urbanismo, no conflito entre a cidade formal e a informal, desde meados dos anos 1990, Jáuregui ao longo de seu trabalho no Atelier Metropolitano tem desenvolvido o conceito de "direito à beleza", como uma forma de expressar os desejos da população em tornar seus ambientes mais dignos e capazes de oferecer qualidade de vida, pela introdução da beleza como uma questão além da estrutural (MORA, 2014). Desse modo, o tratamento urbanístico, arquitetônico e paisagístico se traduz em objetos e espaços que levam novos significados à cidade informal e podem se configurar como uma escola, uma biblioteca, um centro de saúde ou até mesmo na forma de instalações de apoio como banheiros e vestiários, contribuindo para a reconfiguração os lugares (FRACALOSSI, 2011).

Os programas de urbanização de favela, nos quais o estúdio Atelier Metropolitano se insere, lidam justamente com a bipolaridade entre a cidade formal e a informal, por conta dos grandes contratos sociais, da má distribuição de renda e das más políticas urbanas (GONÇALVES, 2009). A interdisciplinaridade entre os diferentes grupos sociais e de profissionais dentro e fora do escritório torna-se, desse modo, um aspecto fundamental para a realização de trabalhos nas áreas de conflito executadas por esta companhia, como meio de interpretar as várias demandas da população.

Coordenadas entre os anos de 2008 e 2011, pelo estúdio Atelier Metropolitano e

por intermédio do PAC e financiamento do MCidades e da Caixa Federal Econômica (Caixa), o conjunto de requalificação de favelas e a implantação do sistema de Teleférico do Complexo do Alemão alterou consideravelmente a paisagem nessa região do subúrbio carioca, compondo com o ambiente construído já existente e criando uma nova função simbólica para o lugar (FIG.4). Ao se integrar com a atual rede de trens metropolitanos da cidade, esse teleférico promove uma maior mobilidade aos seus usuários por envolver diferentes tipos modais em um mesmo sistema. A implantação de novas unidades habitacionais, o tratamento de espaços de convivência e a construção das estações como postos sociais possuidoras de bibliotecas, centros de saúde, cívico e apoio jurídico, creches e comércios contribuem para que a nova paisagem edificada eleve a condição dos moradores a novos marcos de visibilidade e cidadania.

A forma de atuação desse estúdio nas áreas da cidade informal se caracteriza, portanto, por ser, de acordo com Jáuregui, claramente, diferenciada da atuação na cidade formal, principalmente no que se refere à "escuta das demandas", pois o diálogo se restitui de maneira mais interativa no ambiente mais necessitado. Com isso, em qualquer área da cidade, para esse arquiteto, o projeto deve se desenvolver a partir da leitura da estrutura do lugar para depois serem formuladas as propostas, ou seja, a demanda não deve ser respondida mas sim interpretada, não podendo ser desenhado diretamente aquilo que é solicitado, mas sim ser processado no tempo necessário aquilo a ser respondido (JÁUREGUI, 2015).

Em relação à participação da população, esse fator adquire diferentes conotações ao longo das intervenções, que segundo Jáuregui (2015), apresenta quatro momentos fundamentais em todo o processo de investigação. O primeiro se faz a partir do conhecimento do lugar, realizado não somente com reuniões e convocações com os líderes comunitários, mas ainda por meio do convívio frequente durante vários meses na comunidade de maneira a entender a estrutura do lugar e criar uma relação de diálogo com os habitantes. O segundo momento se dá a partir do contrato do escritório com o poder público



**FIG. 4:**

Vista de parte do Complexo do Alemão no Rio de Janeiro (Brasil) após a implementação de sistema de transporte por teleférico.

Fonte: SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO GOVERNO DO RIO DE JANEIRO, 2011.

e o retorno do Atelier Metropolitano à comunidade, de forma a firmarem parcerias com moradores locais, que servirão como consultores e informantes do que acontece e se vê no lugar.

O terceiro momento é caracterizado pelo início da construção dos projetos, cuja construtora tem por obrigação contratar 40% da mão de obra local. A quarta e última etapa é concebida ao término da obra, com a instalação no local da intervenção do Posto de Orientação Urbanístico e Social (Pouso), que conta com uma equipe de funcionários da prefeitura formada por arquiteto, engenheiro e assistente social, todos responsáveis pela regularização e mediação de conflitos pós-obras.

Sendo o ponto de partida o esquema de leitura da estrutura do lugar trabalhado por Jáuregui em seu estúdio, o agente desencadeante de um projeto é o potencial de mobilidade inserido no território das áreas precárias. Ou seja, a principal questão é conseguir articular a cidade dos fluxos (mercadorias, pessoas, informações) com a cidade dos lugares (espaços fixos) e vincular a cidade global (território da

mundialização) com a cidade local (território produtivo e de enraizamento) (JÁUREGUI, [200?]). Para isso, o estudo proposto pelo Atelier Metropolitano leva em consideração o relacionamento entre a cidade, a urbanidade e o espaço público tendo por finalidade combinar aspectos de cunho físico, social, econômico, cultural e ambiental que envolvem o território atuante.

Independente da escala do lugar — pequeno, médio, grande ou muito grande — a leitura em si do lugar articulado com as necessidades dos habitantes forma um conjunto urbano capaz de integrar todas essas complexidades, configurando assim espacialmente as soluções para cada um desses aspectos, na forma do traçado das vias, do paisagismo, do urbanismo, das edificações, dos espaços públicos e da infraestrutura (GONÇALVES, 2009). Logo, a leitura da relação entre o físico e o social é o que define e estabelece as grandes linhas mestras de atuação da forma com que o estúdio lê o lugar, derivando como irá atuar e o que irá fazer; não sendo desse modo uma pressuposição, mas sim um derivado (JÁUREGUI, [2005?]).

## 6. CONCLUSÃO

Com base nas informações apresentadas neste artigo nos objetivos postos para sua realização, por meio dos estudos de caso, analisamos como, na atualidade, três diferentes escritórios de arquitetura e urbanismo estão atuando nos assentamentos precários latino-americanos. Apesar dos arquitetos e urbanistas raramente se identificarem com uma forma de atuação propriamente dita, a partir da análise dos casos propostos, verificou-se que para os escritórios a participação da comunidade local em todas as etapas dos processos de intervenção, mesmo que em diferentes níveis, é fundamental no combate à precariedade e à má qualidade de vida no ambiente construído. Com isso, é relevante relacionar os casos estudados e suas respectivas intervenções, de acordo com a escala de participação proposta por Imparo e Ruster (2003) em seu estudo na América Latina e os diferentes tipos de atuação definidos por Kapp et al. (2012).

No que diz respeito à companhia chilena Elemental e à incorporação da "incrementabilidade" em seus projetos de habitação de interesse social, o processo participativo é o caminho para que a população tenha voz, de direito e de fato, nos debates sobre, por exemplo, as áreas e localização de seus futuros conjuntos habitacionais, ou mesmo na escolha dos ambientes e materiais a serem implantados em suas moradias. Ao ter esse tipo de representatividade, a população pode, dessa forma, compartilhar com as instituições governamentais o controle nas principais tomadas de decisão que lhe dizem respeito. O escritório passa a ter uma atuação em parte tecnocrática, pois ao ter uma relação de contrato com o Estado, possui certas restrições e ações pré-estabelecidas, e em parte missionária, por atender em alguns casos a população de forma mais direta e difundir seus projetos abertamente em meios eletrônicos.

O equatoriano Al Borde, por sua vez, nos três exemplos relacionados, mostrou ter uma atuação mais direta junto à comunidade, se manifestando, de certa forma, de maneira missionária. Por ter envolvido a participação das pessoas e de voluntários desde o processo de

concepção dos projetos até a conclusão da obra, desenvolveram as usuais técnicas construtivas de costume da população local, dando-lhes pleno poder em continuar o progresso do assentamento por conta própria. Ademais, o total controle dos moradores locais pode ser percebido tanto nas decisões tomadas quanto na própria realização dos projetos.

Em contrapartida, o Atelier Metropolitano, baseado no Brasil e dirigido pelo arquiteto argentino Jorge Mario Jáuregui, pelos estudos expostos, pode ser caracterizado como um escritório de atuação plenamente tecnocrática. Apesar de ter um procedimento metodológico, em que a população das áreas atuantes se insere em diferentes níveis no desenvolver do projeto, as diferentes instâncias e órgãos públicos financiadores ainda são fortes detentores do poder e das medidas nos programas de intervenção. As comunidades, dessa forma, se apresentam de forma mais voltada para o esclarecimento de informações e condições de vida, tendo oportunidades mínimas nos debates e nas negociações das políticas.

Ao observar essas diferentes nuances de participação comunitária e de intervenção pode-se perceber as dificuldades e desafios em se combater a precariedade, mas ainda a grande diversidade e a capacidade de se conseguir projetar e construir com a escassez de recursos. A relevância dessa temática se dá exatamente nessas questões e no desejo em colaborar nas discussões acerca da atuação dos escritórios de arquitetura e urbanismo na contemporaneidade, apresentando essa área não mais como um fator de exclusão, mas como um processo que tenta restituir melhores condições de vida pela valorização do poder construtivo das pessoas e de suas relações.

A proposta desse projeto não trata é a de taxar os escritórios latino-americanos conforme seus planos metodológicos ou seus graus de influências nas comunidades onde trabalham. O que se busca, fundamentalmente, é contribuir para o conhecimento acerca da arquitetura e do urbanismo na América Latina, na tentativa de propagar soluções que possam minimizar os problemas que afligem as inúmeras cidades espalhadas por essa região.

No decorrer do desenvolvimento desse estudo, foram enfrentadas algumas limitações como, por exemplo, a impossibilidade de se estudar *in loco*, assim como a dificuldade em encontrar referências em livros que trabalham essa temática, sendo necessária a leitura de revistas nacionais e internacionais, assim como a visualização de materiais disponíveis na internet como vídeos, palestras e entrevistas.

De toda forma, pode-se considerar que esta pesquisa atingiu seus objetivos ao colaborar para o entendimento dos modos de atuação dos arquitetos e urbanistas em áreas precárias latino-americanas, ao apresentar seus contextos de intervenção, seus métodos de projeto e a maneira como suas práticas refletem atitudes positivas na população. Foi assim um estudo bastante enriquecedor a nível pessoal e de investigação, pois além de demandar uma vasta quantidade de material bibliográfico e audiovisual, principalmente em língua estrangeira, foram explorados âmbitos da arquitetura e do urbanismo da América Latina, pouco acessíveis na academia.

É possível, dessa maneira, sugerir que mais estudos sejam realizados, tanto em relação às práticas de atuação em assentamentos precários feita por esses e outros escritórios de arquitetura e urbanismo, assim como sobre as comunidades que fizeram parte de seus processos de intervenção. Na busca por identificar não somente o grau de independência dessas populações, pós-atuação, mais ainda fazer com que as metodologias utilizadas sejam cada vez mais compreendidas e popularizadas entre o meio profissional e acadêmico, gerando benefícios a todos envolvidos.

---

## NOTAS

1. *Slum*: segundo relatório da ONU-HABITAT (2003) são lugares onde famílias vivendo sob o mesmo teto, não tem acesso a um desses serviços: água potável, instalações sanitárias, área suficiente de estar, qualidade estrutural e durabilidade das habitações e segurança de posse.
2. *Shantytown*: conforme tradução do Cambridge Dictionary (2016) se classifica como uma zona interior ou à beira de uma cidade, onde pessoas pobres vivem em casas muito pequenas e baratas.
3. Periferização: processo de expansão da cidade que parte das áreas centrais em direção às zonas periféricas.
4. Designers como sinônimo para planejadores, projetistas e arquitetos-urbanistas.

5. Reinhard Goethert é Professor Associado na Escola de Arquitetura e Planejamento do MIT e defende a ideia de que os diferentes tipos de participação podem ser traduzidos em cinco diferentes níveis e intensidades, podendo variar entre nenhuma participação, somente informação, consulta, controle partilhado e total controle (GOETHERT, 1998 apud IMPARATO; RUSTER, 2003). O primeiro grau de participação corresponde a ausência tanto da comunidade quanto dos agentes externos, os níveis de informação e consulta condiz com as estratégias de comunicação e negociação e finalmente os controles compartilhados e total conferem à comunidade maior poder na administração das tomadas de decisão (IMPARATO; RUSTER, 2003).

6. O conceito de "Do Tank" se aplica para o escritório ELEMENTAL em oposição ao termo "ThinkTank", grupos de especialistas que se permanecem mais no campo dos pensamentos do que da ação e onde conforme SOUZA (2008) se caracterizam por serem instituições de pesquisa independentes voltadas para a disseminação do conhecimento e ideias sobre diferentes assuntos como política, comércio, indústria, estratégia, ciência e tecnologia.

---

## REFERÊNCIAS

- AL BORDE. **Nueva Esperanza School**, 9 abr. 2009. Disponível em: <[www.archdaily.com/45942/nueva-esperanza-school-al-borde](http://www.archdaily.com/45942/nueva-esperanza-school-al-borde)>. Acesso em: 2 jan. 2017.
- \_\_\_\_\_. **Esperanza Dos**. 2011. Disponível em: <[architizer.com/projects/esperanza-dos/](http://architizer.com/projects/esperanza-dos/)>. Acesso em: 2 jan. 2017.
- \_\_\_\_\_. **Quiene somos**. Disponível em: <[www.alborde.arq.com/quienes-somos\\_who-we-are/](http://www.alborde.arq.com/quienes-somos_who-we-are/)>. Acesso em: 02 jan. 2017.
- ARAVENA, Alejandro. ELEMENTAL a Do Tank. **Architectural Design: Latin America at the Crossroads**, [s.l.], v.3, n.81, p.32-37, mai. 2011. Disponível em: <[onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/ad.1235](http://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/ad.1235)>. Acesso em: 2 jan. 2017.
- \_\_\_\_\_. **My architectural philosophy? Bring the community into the process**. TED Talks, out. 2014. (15min 49s). Disponível em: <[www.ted.com/talks/alejandro\\_aravena\\_my\\_architectural\\_philosophy\\_bring\\_the\\_community\\_into\\_the\\_process?language=en](http://www.ted.com/talks/alejandro_aravena_my_architectural_philosophy_bring_the_community_into_the_process?language=en)>. Acesso em: 2 jan. 2017.
- BARONE, Ana Cláudia Castilho; DOBRY, Sylvia Adriana. "Arquitetura participativa" na visão de Giancarlo de Carlo. **Pós**, São Paulo, n.15, p.18-31, 2002. Disponível em: <[www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43369](http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43369)>. Acesso em: 6 dez. 2016.
- BELLIA, Fernando. **RAD#05 – Habitação Social Incremental – Quinta Monroy**. HIMAWARI8. 2013. Disponível em: <[himawari8.com.br/site/2013/12/20/rad05-habitacao-social-incremental-quinta-monroy/](http://himawari8.com.br/site/2013/12/20/rad05-habitacao-social-incremental-quinta-monroy/)>. Acesso em: 2 jan. 2017.
- BRASIL. Ministério das Cidades. **Guia para o Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários**. Brasília, 2010. 82 p.
- BORDENAVE, Juan Diaz. **O que é participação**. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. 4.ed. v.48. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 590 p. (Coleção Pensamento Crítico). Trad.: Arlene Caetano.
- DAVIS, Mike. Planeta de favelas: a involução urbana e o proletariado informal. In: SADER, Emir (Org.). **Contragolpes**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ELEMENTAL. **ABC of Incremental Housing**. 2016. Disponível em: <[www.elementalchile.cl/en/projects/abc-of-incremental-housing/](http://www.elementalchile.cl/en/projects/abc-of-incremental-housing/)>. Acesso em: 2 jan. 2017.
- \_\_\_\_\_. **Quinta Monroy**. 2007. Disponível em: <[www.plataformaarquitectura.cl/cl/02-2794/quinta-monroy-elemental](http://www.plataformaarquitectura.cl/cl/02-2794/quinta-monroy-elemental)>. Acesso em: 2 jan. 2017.
- FERNANDES, Edésio et al. **Regularização de Assentamentos Informais na América**

- Latina.** Cambrigde: Lincoln Institute of Land Policy, 2011. 56 p. (Foco em Políticas Fundiárias).
- FRACALOSSO, Igor. **O Direito à Beleza - Jorge Mario Jáuregui.** Disponível em: <www.archdaily.com.br/br/01-12782/0-direito-a-beleza-jorge-mario-jauregui>. Acesso em: 2 jan. 2017.
- FRANCO, José Tomaz. **Como o projeto "Espaços de Paz" está transformando os espaços comunitários na Venezuela.** Trad.: Camilla Sbeghen. Disponível em: <www.archdaily.com.br/br/756317/como-o-projeto-espacos-de-paz-esta-transformando-os-espacos-comunitarios-na-venezuela>. Acesso em: 6 nov. 2016.
- GONDIM, Linda M. P. Favela, aglomerado subnormal, comunidade, ocupação, assentamento precário - "diga lá, o que é, o que é?" In: SILVA, Jailson de Souza e; BARBOSA, Jorge Luiz; BITETI, Mariane de Oliveira; FERNANDES, Fernando Lannes (Org.) **O que é favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.
- GONÇALVES, António Miguel Ferreira. **Arquitetura de Causas: uma arquitetura social na era da globalização econômica.** Prova Final de Licenciatura. Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. 2009.
- GÚZMAN, José Manuel. **Superando o clichê da "participação".** Trad.: Julia Brant. 2016. Disponível em: <www.archdaily.com.br/br/797134/superando-o-cliche-da-participacao>. Acesso em: 6 dez. 2016.
- HIMAWARI8. **Revolução através do Design: Episódio Piloto.** 2013. (16min 44s). Disponível em: <himawari8.com.br/site/portfolio-items/revolucao-atraves-do-design-episodio-piloto/>. Acesso em: 2 jan. 2017.
- IMPARATO, Ivo; RUSTER, Jeff. **Slum Upgrading and Participation:** Lessons from Latin America. Washington: The World Bank, 2003. 512 p.
- KAPP, Silke et.al. **Arquitetos nas favelas:** três críticas e uma proposta de atuação. Florianópolis: 2012. IV Congresso Brasileiro e III Congresso Ibero-Americano Habitação Social: ciência e tecnologia "Inovação e Responsabilidade".
- JÁUREGUI, Jorge Mario. **Atelier Metropolitano.** Projetos & Consultorias. [200?] Disponível em: <www.jauregui.arq.br/consultorias.html>. Acesso em: 2 jan. 2017.
- \_\_\_\_\_. In: BARBOSA, Antônio Agenor; PATERMAN, Rachel; GOYENA, Alberto. O mestre da habitação social: entrevista com o arquiteto e urbanista Jorge Mario Jáuregui. **Vitruvius**, Entrevista, São Paulo, ano 16, n.064.01, out. 2015. Disponível em: <www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/16.064/5667?page=1>. Acesso em: 2 jan. 2017.
- \_\_\_\_\_. In: SANTOS, Henrique dos. **Entrevista ao Arquiteto Jorge Mario Jáuregui: Arquiteto Rio-Angola 2004 - 2005.** [2005?] Disponível em: <www.jauregui.arq.br/texto\_entrevista\_PauloMendes.htm#03>. Acesso em: 2 jan. 2017.
- \_\_\_\_\_. **Leitura dos Lugares.** [200?] Disponível em: <www.jauregui.arq.br/leituralugares.html>. Acesso em: 2 jan. 2017.
- KLOPPENBURG, Joanna. **Al Borde Architectos on Practicing Life Through Architecture.** 2016. Disponível em: <architizer.com/blog/al-borde-life-through-architecture/>. Acesso em: 2 jan. 2017.
- LANA, Sibelle Meyera. **O arquiteto e o processo participativo: o caso do RSV.** 2007. 133 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- LANDAETA, Graciela. **Living in Unauthorized Settlements:** Housing Improvement and Social Participation in Bolívia. Lund, Suíça: KFS i Lund AB, 2004. 309 p.
- LEFEBVRE, Henri. **The Survival of Capitalism:** Reproduction of the Relations of Production. New York: St. Martin's Press, 1976. Trad.: Frank Bryant.
- LEGUIA, Mariana. Introduction: Latin America at the Crossroads. **Architectural Design: Latin America at the Crossroads**, [S.l.], v.3, n.81, p.8-15, mai. 2011.
- LEMO, Amalialnés Geraiges. América Latina: uma realidade de cidades gigantes. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v.5, p.53-59, 1991. Disponível em: <www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47103/50824>. Acesso em: 27 out. 2016.
- LUCCHESI, Cecília. **Alejandro Aravena e a ELEMENTAL.** 2013. Disponível em: <theurbanearth.wordpress.com/2013/06/30/alejandro-aravena-e-a-elemental/>. Acesso em: 2 jan. 2017.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades:** Alternativas para a crise urbana. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. 204 p.
- MARTINS, Maria Lucia Refinetti. Globalização, Informalidade e Regulação em Cidades Latino-Americanas. **Cadernos Prolam/usp**, São Paulo, v.5, n.8, p.31-50, jun. 2006. Disponível em: <www.revistas.usp.br/prolam/article/view/81798/85104>. Acesso em: 2 jan. 2017.
- MAZO, Liliana María Sánchez; TAMAYO, Alberto León Gutiérrez. CIUDAD CONSTRUIDA A VARIAS MANOS. Prácticas recientes de intervención urbana en áreas informales: Proyecto Urbano Integral, zona nororiental de Medellín (Colombia). In: ZUQUIM, Maria de Lourdes; D'OTTAVIANO, Camila (Org.). **Práticas recentes de intervenções contemporâneas em cidades da América Latina.** São Paulo: Fau, 2014. p.49-72.
- MORA, Pola. **Entrevista: Jorge Mario Jáuregui.** 2014. Disponível em: <www.plataformaarquitectura.cl/cl/624027/entrevista-jorge-mario-jauregui>. Acesso em: 2 jan. 2017.
- NAVARRO-SERTICH, Adriana. From Product to Process: Building on Urban-Think Tank's Approach to the Informal City. **Architectural Design: Latin America at the Crossroads**, [S.l.], v.3, n.81, p.104-109, mai. 2011.
- ONU-HABITAT. Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos. **Estado de las Ciudades de América Latina y el Caribe 2012:** Rumbo a una nueva transición urbana. Rio de Janeiro, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Estado das Cidades do Mundo 2010/2011:** Unindo o urbano dividido. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2010.
- PATEL, Amit; KOIZUMI, Naoru; CROOKS, Andrew. Measuring slum severity in Mumbai and Kolkata: A household-based approach. **Habitat International**, [S.l.], v.41, p.300-306, 2014.
- QUEIROZ FILHO, Alfredo Pereira de. As definições de assentamentos precários e favelas e suas implicações nos dados populacionais: abordagem da análise de conteúdo. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [S.l.], v.7, n.3, p.340-353, dez. 2015.
- RAMÍREZ, Pablo. In: AL BORDE. **Quiene somos.** Disponível em: <www.albordearqu.com/quienes-somos\_who-we-are/>. Acesso em: 2 jan. 2017.
- REVELO-IMERY, M. Alejandra. **Traduzindo 'Favela' Parte 1:** A Problemática da Tradução. 2014a. Disponível em: <rioonwatch.org.br/?p=9317>. Acesso em: 30 out. 2016.
- \_\_\_\_\_. **Traduzindo 'Favela' Parte 2:** Uma Viagem pela América Latina [MAPA INTERATIVO]. 2014b. Publicado em Favela é. Disponível em: <rioonwatch.org.br/?p=9362>. Acesso em: 30 out. 2016.
- SANOFF, Henry. Multiple views of participatory design. **METU JFA:** Ankara, v.23, p.131-143, nov. 2006.
- SIQUEIRA, Mariana. **Arquitetura da Paz. au.** São Paulo: Editora PINI, v. 257, n.30, p.52-63, ago. 2015.
- SECRETARIA de Estado de Obras do Governo do Rio de Janeiro. **Testes do Teleférico do Alemão terminam dia 20 de maio.** Disponível em: <www.rj.gov.br/web/seobras/exibeconteudo?article-id=437607>. Acesso em: 2 jan. 2017.
- SOUZA, Eudes Leopoldo de. **A metropolização latino-americana:** dinâmicas urbanas e redes de cidades no limiar do século XXI. Laboratório de Estudos Urbanos e da Cidade (LEURC) / Universidade Estadual do Ceará (UECE). [2013?] Disponível em: <www.obs

ervatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/  
Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/095.pdf>.  
Acesso em: 27 out. 2016.

SOUZA, Daniel. **Você sabe o que é um Think Tank?** 2008.  
Disponível em: <amanhaontemehoje.wordpress.  
com/2008/03/17/voce-sabe-o-que-e-um-think-tank/>.  
Acesso em: 2 jan. 2017.

STOTT, Rory. **Tipologia habitacional "metade pronta" do  
ELEMENTAL: um sucesso em qualquer circunstância.** Trad.:  
Romullo Baratto. 2013. Disponível em: <www.archdaily.  
com.br/br/01-159388/tipologia-habitacional-metade-  
pronta-do-elemental-um-sucesso-em-qualquer-  
circunstancia>. Acesso em: 2 jan. 2017.

URBAN-THINK TANK. **Project overview: Metro Cable.**  
Disponível em: <u-tt.com/project/metro-cable/>.  
Acesso em: 14 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. **Metro Cable Caracas.** Trad.: Mutilo Arruda. 2013.  
Disponível em: <www.archdaily.com.br/br/01-146536/  
metro-cable-caracas-slash-urban-think-tank>.  
Acesso em: 15 nov. 2016.

USINA CTAH. Processos de projeto como construção  
de autonomia. In: VILAÇA, Ícaro; CONSTANTE, Paula  
(Org.). **Usina: entre o projeto e o canteiro.** São Paulo:  
Edições Aurora, 2015. p. 155-167.

VALLADARES, Licia. A gênese da favela carioca: a  
produção anterior às ciências sociais. **Revista  
Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 5,  
n. 44, p.5-34, out. 2000.

---

## **SOBRE A AUTORA**

Arquiteta e urbanista graduada pela Universidade  
Estadual do Maranhão.

ma.reisluz@gmail.com